



PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE NITERÓI

TARDE

PROCURADOR DO MUNICÍPIO DE 3ª CATEGORIA

PROVA ESCRITA DISCURSIVA

TIPO 1 – BRANCA



SUA PROVA

- Além deste caderno de provas, contendo nove questões discursivas, você receberá do fiscal de sala um caderno de textos definitivos para a transcrição das respostas



TEMPO

- **6 (seis) horas** é o período disponível para a realização da prova, já incluído o tempo para a transcrição das respostas
- **2 (duas) horas** após o início da prova é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de provas
- **1 (uma) hora** antes do término do período de prova é possível retirar-se da sala **levando o caderno de provas**



INFORMAÇÕES GERAIS

- As respostas deverão ser manuscritas de forma legível, sendo obrigatório o uso de caneta esferográfica de **tinta preta**, fabricada em material transparente, e a resposta definitiva deverá ser, obrigatoriamente, transcrita para o caderno de textos definitivos
- O caderno de textos definitivos não poderá ser assinado ou rubricado, nem conter qualquer marca que identifique o candidato, sob pena de anulação e automática eliminação do concurso público
- Somente o texto transcrito para o caderno de textos definitivos será considerado válido para a correção. Os espaços para rascunho no caderno de provas são de preenchimento facultativo e não valerão para a avaliação
- Não haverá substituição do caderno de textos definitivos por erro do candidato
- A transcrição do texto da questão para o respectivo espaço do caderno de textos definitivos será de inteira responsabilidade do candidato, que deverá proceder em conformidade com as instruções contidas neste caderno de provas
- Durante a realização da prova será autorizada a consulta à legislação correlata, sendo vedada a consulta à legislação comentada ou anotada, doutrina, repertórios de jurisprudência ou a dicionários jurídicos, salvo os expressamente permitidos pela Comissão Organizadora, definidos em edital complementar
- É vedado o empréstimo de qualquer material de consulta durante a realização da prova

Boa sorte!

Direito Administrativo, Ambiental e Urbanístico

1

O Município de Niterói, a fim de se preparar para a implementação da Lei nº 14.133/2021 – NLL -, pretende adotar algumas medidas abaixo indicadas. Consultada a Procuradoria, opine de forma fundamentada sobre a possibilidade/impossibilidade de sua adoção e, em caso de possibilidade, quais seriam eventuais condicionantes.

- a) Com vistas a um melhor planejamento das licitações, todos os certames nas modalidades concorrência eletrônica e tomada de preços deverão ter seus editais publicados até 29 de março de 2024.
- b) De forma a conseguir propostas mais vantajosas, todos os contratos deverão ter cláusula permitindo pagamento antecipado, antes da entrega do bem ou da prestação do serviço, tal como ocorre na iniciativa privada.
- c) De maneira a aumentar as possibilidades de contratação, pretende-se editar Decreto permitindo que o Município adira a atas de registros de preço de órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal.
- d) Considerando os dispositivos da NLL, pretende a Administração incluir, dentre as cláusulas de sua minuta-padrão, dispositivo informando que, em caso de necessidade de acréscimo ao objeto do contrato, somente poderá haver sua execução com tal aumento mediante formalização do respectivo termo aditivo.

Valor: 40 pontos

Máximo de 60 linhas.

1

5

10

15

20

25

RASCUNHO

30

35

40

45

50

55

60

RASCUNHO

2

A Procuradoria Geral de Niterói manifesta o interesse de participar da Jornada de Acordos da Fazenda Pública, a ser realizada no âmbito do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos – NUPEMEC do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

Para tanto, seleciona-se lote de ações, relativo à condenação do Município ao pagamento de férias vencidas de servidores titulares de cargos exclusivamente em comissão que pediram exoneração, com trânsito em julgado, e em relação às quais já houve aquiescência do Município quanto aos cálculos. O objetivo da PGM é reduzir em até 10% (dez por cento) os valores devidos, que não deverão ultrapassar 15 (quinze) salários mínimos. Na oportunidade, o Gabinete do Procurador-Geral o consulta sobre a possibilidade de utilizar o saldo orçamentário destinado ao pagamento de Requisições de Pequeno Valor. A ideia seria a de pagar em prazo menor do que o usual de pagamento de RPV, o que tornaria os acordos mais atraentes, por meio de depósito judicial.

Como Procurador do Município, como você fundamentaria a proposta? Dentre outros aspectos, analise a necessidade de autorização para o acordo, os princípios envolvidos, a questão orçamentária, a proposta de pagamento antecipado, estruturando, ainda, um posicionamento prévio em relação ao controle externo.

Valor: 20 pontos
Máximo de 60 linhas.

1

5

10

15

20

25

30

RASCUNHO

35

40

45

RASCUNHO

50

55

60

3

Determinado município administra hospital voltado à baixa complexidade. No final dos anos 90, pretendendo ampliar a infraestrutura do equipamento e aumentar o nível de atenção hospitalar, o município elabora o edital do que chamou de concessão de serviços de saúde e de sua infraestrutura. A concessionária vencedora assume a obrigação de investir, ao longo de trinta anos, duzentos milhões de reais (outros cinquenta milhões de reais seriam aportados, ao longo do período, diretamente pelo município). Dentre as obrigações assumidas em contrato pela concessionária estavam (i) a realização de obras de ampliação, as quais deveriam redundar, ao final do período, em cem novos leitos, e (ii) a realização de, no mínimo, trezentos atendimentos médicos ao dia, o que se obteria pelo trabalho de, no mínimo, setenta e cinco médicos. O município, em contrapartida, fazia repasses mensais à contratada.

Ao longo dos anos, em virtude de degradação do cenário econômico e de mudança na orientação da política geral do BNDES, principal financiador do capital a ser utilizado pela concessionária na realização das obras, o custo de captação dos empréstimos restou, na percepção desta, impeditivamente elevado. A concessionária identificou, ainda, atrasos e dificuldades na obtenção de licenças ambientais e urbanísticas – algumas, inclusive, segundo alegava, a cargo do município. Em reação ao que entendia como lentidão no fluxo de obras e ao descumprimento do número de médicos em atuação no hospital (a concessionária colocava, em serviço, sessenta médicos, ainda que realizasse, no mínimo, trezentos atendimentos ao dia), o município começou a glosar valores de seu repasse mensal.

Quase ao final do contrato, a situação estava próxima de um impasse, com risco de interrupção dos serviços. A concessionária formula, então, pleito administrativo de reequilíbrio com base nos argumentos acima. Na qualidade de parecerista público, identifique aspectos jurídicos associados à modelagem, aos riscos e à execução da avença, posicionando-se, ao final, sobre o pedido.

Valor: 40 pontos
Máximo de 60 linhas.

1

5

10

15

20

25

RASCUNHO

30

35

40

45

50

55

60

RASCUNHO

Direito Civil e Empresarial

4

Após regular trâmite de processo administrativo, iniciado por nota técnica da Secretaria de Fazenda, o Município X e a concessionária de energia elétrica que atende a cidade celebram instrumento jurídico, pelo qual o ente privado franqueia à municipalidade acesso aos endereços dos consumidores constantes do seu banco de dados. De acordo com os termos do negócio, as informações repassadas ao Município devem ser registradas para fins de controle e utilizadas exclusivamente para o ajuizamento de execuções fiscais.

Semanas após a publicação do instrumento na imprensa oficial, a Procuradoria-Geral do Município é surpreendida por recomendação expedida pelo Ministério Público Estadual, exortando o ente público a resilir o ajuste, ao argumento de que o negócio jurídico fere a autodeterminação informativa dos usuários do serviço público (LGPD, arts. 2º, II e 7º, I).

Analise a questão à luz da jurisprudência e apresente argumentos em prol da manutenção do ajuste firmado entre o Município e a concessionária.

Valor: 40 pontos

Máximo de 60 linhas.

1

5

10

15

20

25

30

RASCUNHO

35

40

45

50

55

60

RASCUNHO

5

Jonas e sua mulher estavam em sua moto transitando na Transoceânica de Niterói, quando foram surpreendidos com um cachorro morto na pista, que provocou um grave acidente. Sua esposa foi levada para o hospital da municipalidade, onde veio a falecer. Posteriormente, Jonas soube que o animal doméstico teria pulado pela janela de um veículo particular minutos antes do acidente. Ajuizada a ação com pleito indenizatório, elenque os argumentos de defesa, na qualidade de Procurador do Município.

Valor: 30 pontos
Máximo de 60 linhas.

1

5

10

15

20

25

30

35

RASCUNHO

40

45

50

55

60

RASCUNHO

6

A sociedade empresária Desdemona Ltda. é locatária de imóvel próprio do Município de Niterói, de cujas obrigações o sócio majoritário, Ricardo (divorciado), é fiador. Em razão de dificuldades econômicas, Desdemona ingressa com pedido de recuperação judicial, que vem a ser deferido pelo Juízo da 1ª Vara Cível de Niterói. Instada pela Procuradoria-Geral do Município, a Secretaria da Fazenda de Niterói informa que Desdemona é devedora apenas de dois meses de aluguéis, ambos vencidos anteriormente à data do ajuizamento da recuperação judicial, e que o imóvel locado foi voluntariamente devolvido ao Município. A Secretaria informa, ainda, que inscreveu os valores em dívida ativa. Diante deste quadro e na qualidade de Procurador do Município de Niterói, informe quais os efeitos da decisão de deferimento da recuperação em relação ao crédito e seus devedores.

Valor: 30 pontos
Máximo de 60 linhas.

1

5

10

15

20

25

30

35

RASCUNHO

40

45

RASCUNHO

50

55

60

Direito Processual Civil

7

Maria Antônia, servidora municipal desde 1998, propôs, em janeiro de 2018, ação ordinária em face do Município de Niterói com vistas a receber seus vencimentos correspondentes aos percebidos pelos Procuradores do Instituto X, com incidência de todas as vantagens auferidas, requerendo inclusive os atrasados. Não obstante as alegações do Município, o Juízo a quo julgou procedentes os pedidos da autora, nos seguintes termos:

“Isto posto, tudo examinado e sopesado, e à luz das provas instadas aos autos, julgo procedente o pedido intentado por Maria Antônia, para condenar o Município de Niterói a pagar a autora os vencimentos correspondentes aos recebidos pelos Procuradores do Instituto X, com incidência de todas as vantagens auferidas por aqueles sobre esse novo valor, assim como também ao pagamento da diferença dos vencimentos atrasados, observada a prescrição contra a Fazenda Pública, importância esta que deverá ser apurada em liquidação de sentença, tudo corrigido monetariamente na forma permissível por lei.”

Após o julgamento dos recursos cabíveis, os termos da referida sentença restaram inalterados. Em fase de cumprimento forçado, o juízo a quo decidiu nos seguintes termos:

“(…) Isto posto, acolho parcialmente a impugnação apresentada às fls. Y, para reduzir o valor executado de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) para R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais), referente às verbas devidas desde o ingresso no serviço público. Condeno a impugnada nas custas e em honorários advocatícios, que fixo em R\$ 1.000,00 (mil reais), na forma do art. 85, § 1º do CPC. Preclusas as vias impugnativas, remetam-se os autos à Central de Cálculos Judiciais, para que proceda ao cálculo final, contemplando os percentuais devidos a título de contribuição previdenciária sobre o valor global e de imposto de renda, que deverão ser retidos e descontados somente no momento do efetivo pagamento do precatório. Publique-se. Intimem-se.”

Você, procurador do Município, foi designado para realizar a defesa. Descreva qual seria a espécie e a sua fundamentação jurídica (não é necessária a elaboração da peça processual).

Valor: 40 pontos

Máximo de 60 linhas.

1

5

10

15

20

RASCUNHO

25

30

35

40

RASCUNHO

45

50

55

60

8

A centralização de processos repetitivos a que alude o art. 69, §2º, inciso VI, do CPC se insere no microsistema de gestão e julgamento de casos repetitivos?

De acordo com a natureza jurídica do novel instituto, cite, explique e contextualize ao menos dois pontos de semelhança e dois de distinção em relação ao Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR).

Valor: 30 pontos

Máximo de 60 linhas.

1

5

10

15

20

25

30

35

RASCUNHO

40

45

RASCUNHO

50

55

60

9

Luiz Guilherme impetrou mandado de segurança em face do Prefeito do Município X, pleiteando a dispensa de exame psicotécnico para a sua habilitação a cargo público municipal, tendo em vista que a exigência se encontra prevista em Decreto. Para tanto, o impetrante apresentou farta prova documental anexa à petição inicial. Ao receber a petição inicial, o magistrado proferiu decisão interlocutória na qual deferiu, fundamentadamente, o pleito autoral de concessão de tutela provisória inaudita altera parte, determinando a dispensa da realização de exame psicotécnico pelo impetrante.

Responda fundamentadamente:

- a) Qual a espécie de tutela provisória concedida pelo magistrado no caso narrado no enunciado? Por quê?
- b) É cabível a concessão de tutela provisória inaudita altera parte conforme deferido pelo magistrado no caso narrado no enunciado? Por quê?

Valor: 30 pontos

Máximo de 60 linhas.

1

5

10

15

20

25

30

RASCUNHO

35

40

45

RASCUNHO

50

55

60

Realização

